

1 **Ata da Reunião Ordinária do dia 11 de junho de 2025 do Conselho Estadual dos**
2 **Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR**

3 Ao décimo primeiro dia de junho de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se no Departamento de
4 Estrada e Rodagem, Conselheiros da Sociedade Civil: Tatiane Iovanovitchi/Ciganos/Titular; Nardi
5 Casanova/Ciganos/Suplente; Suely dos Santos/Cipozeira/Titular; Laysmara Edoardo/Povos de
6 Terreiro/Titular; Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro/Titular; Dimas
7 Gusso/Faxinalenses/Suplente; Laura Lima/Quilombolas/Suplente; Rosemary da
8 Silva/Quilombolas/Suplente; Misael Nobre/Ilhéus/Titular; José Ribeiro/Ilhéus/Titular; Cláudio
9 Correa/Pescadores Artesanais/Titular; Conselheiros Governamentais: Isabel da Silva/SETI; Josil
10 Baptista/SEIL; Felipe Kamaroski/SEMIPI; Cláudio Amaral/SETR; Rosane Freitas/SESA; Sandra
11 da Silva/SEED; Ellen Nascimento/SEEC; Aloísio do Nascimento/SEDEST; Gustavo Mussi/Ccivil.
12 Convidados/Ouvintes: Taíse Passos/COPCT/SEMIPI; Ivânia Ramos/DIRPICT/SEMIPI; Josi
13 Carvalho/IAT; Margit Hauer/IAT; Carolina Miranda/Minc/SDAS; Márcia
14 Kulcheski/COPCT/SEMIPI; Ana Olimpia Machado/COPCT/SEMIPI; Celso Ricardo
15 Tomaz/DIRPICT/SEMIPI; Thabata Pavilak/DIRPICT/SEMIPI; Cláudia Barthelemy/SEMIPI;
16 Edson Pizati/IBCN; Ge Figueiredo/COPCT/SEMIPI. Secretária Executiva: Hayanne Iovanovitchi.
17 Presidente: Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro Após conferido o quórum, a Presidente do
18 Conselho inicia a reunião. **Laysmara/Presidente**: dá as boas vindas, menciona que foi solicitada a
19 inversão das pautas, iniciando pela **Pauta 7- Apresentação do Ministério da Cultura**:
20 **Carolina/MINC**: saúda a plenária e se apresenta, faz parte da equipe do Ministério da Cultura na
21 Secretaria de Direitos autorais. Inicia a apresentação sobre o Marco Regulatório de proteção das
22 Expressões Culturais, Tradicionais, Conhecimentos Tradicionais e Culturas Populares. Menciona
23 que é responsável pelos diálogos internacionais relacionados a proteção dos direitos autorais dos
24 povos e comunidades tradicionais. Fala sobre a dificuldade de se atender as especificidades das
25 comunidades tradicionais dentro da lei existente no Brasil, pois ela trata de pessoas físicas e obras
26 como livros, filmes, música, além disso tem prazo para ser encerrado. O que não é o caso dos povos
27 e comunidades tradicionais que tem um uso coletivo da cultura e é passado de geração em geração.
28 Em 2023 (dois mil e vinte e três) foi criado um grupo de trabalho reunindo diversos
29 órgãos/entidades para a discussão e proposição da minuta da Lei relacionada aos direitos autorais,

30 relata que existe muita dificuldade nos diálogos internacionais, que por vezes se manifestam contra
31 a Lei. Relata que dialogou com diversos ministérios e que a ideia é que nesse momento o projeto de
32 lei seja aberto para proposições considerações. A principal ideia da lei, é proteger contra o acesso,
33 uso e exploração por terceiros de características e propriedades culturais e tradicionais sejam
34 exploradas sem o consentimento livre, prévio e informado. A lei pretende regulamentar que seja
35 feito o contato com as comunidades que detém determinada cultura/tradição/uso para que elas
36 sejam beneficiadas pelo uso de suas culturas. O projeto prevê proteções ao secreto e sagrado, sendo
37 a primeira vez que tais termos entram em uma lei brasileira, e a criação de um sistema de cadastro
38 que ainda está por definir se será público ou sigiloso. Também está incluso na minuta o registro por
39 imagens e com a possibilidade que seja sigiloso, além disso de garantir uma fiscalização nos
40 contratos entre as comunidades e empresas privadas para evitar práticas abusivas. Ainda pontua que
41 no projeto há um fundo previsto para as atividades do marco e o mesmo vai entrar no orçamento do
42 MINC. Explica a intenção da apresentação de divulgar as consultas que irão ser realizadas por
43 região. A plenária debate a questão da menção a cada segmento nas legislações, entre outros. É
44 mencionado que quando menciona Povos e Comunidades Tradicionais é incluído todos os
45 segmentos de povos e comunidades tradicionais. **Carolina/MINC:** explica que conforme a
46 legislação, é necessário mencionar Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais. As
47 consultas da Região Sul serão realizadas no dia 18/06 (dezoito de junho) para os Povos Indígenas e
48 no dia 19/06 (dezenove de junho) para Povos e Comunidades Tradicionais. **Margit/IAT** menciona
49 que existe uma portaria sobre consulta que pode ser disponibilizada para o MINC.
50 **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita que Carolina sempre mencione Povos e Comunidades
51 Tradicionais, pois na apresentação é sempre citado somente os Quilombolas e Povos Indígenas.
52 **Carolina/MINC:** diz que foi um erro de fala, mas que as consultas são para todos os PCT's. Relata
53 que a consulta dos indígenas será coordenada pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e dos
54 outros segmentos pelo MINC. Diz que a ideia é reunir ao máximo 100 pessoas por consulta, ressalta
55 a importância da presença das lideranças e “fazedores” de cultura das comunidades. Diz que vai
56 disponibilizar o texto da lei para análise e contribuições. **Felipe/SEMIPI:** pergunta o que difere o
57 tombamento e demais titulações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
58 da proposta de lei. **Carolina/MINC:** diz que o tombamento do IPHAN se iguala a um “selo de
59 qualidade”, e que é uma forma de reconhecimento, porém não interfere e nem protege em nada. A
60 Lei cria um sistema de contrato privado relacionado aos direitos autorais. **Gustavo Mussi/Ccivil:**
61 diz que entende que a etnofarmacologia deve ser tratada, pois é uma das questões mais
62 problemáticas. **Carolina/MINC:** responde que a questão genética esta inclusa em outra legislação.

63 **Gustavo Mussi/Ccivil:** pergunta sobre a construção do mapa de redistribuição de benefícios, pois o
64 conhecimento tradicional é plural e compartilhado entre muitas comunidades. **Carolina/MINC:** O
65 fundo foi previsto justamente para atender a essas demandas e os próprios povos podem manifestar
66 suas necessidades de repartição dos conhecimentos. **Gustavo Mussi/Ccivil:** traz um terceiro ponto,
67 sobre o processo da consulta, pois no processo há um rito, um protocolo de consulta, reuniões com
68 lideranças e as comunidades que consiga obedecer uma horizontalidade. Como serão envolvidas
69 centenas, até milhares de comunidades, enxerga esse processo até como intransponível para que
70 atenda aos parâmetros da CPLI. **Carolina/MINC:** explica que o objetivo principal da consulta é
71 informar as comunidades a respeito desse direito para que elas possam acessar tal recurso. Pois se
72 não souberem que essa lei, esse direito está sendo pleiteado não vai adiantar de nada.
73 **Laysmara/Povos de Terreiro:** apresenta algumas preocupações, pois aparentemente tem um tom
74 comercial, e que parece não ser uma proteção e sim uma forma de regulamentar a comercialização e
75 que isso traz preocupação, porque parece uma autorização para transformar em produto do que uma
76 legitimação das práticas culturais. É relatado que o registro é facultativo, mas que está confuso os
77 objetivos do projeto da Lei. Relata ainda preocupação em relação a praticas sigilosas, citando que
78 no contexto de sua comunidade há questões que um iniciado demora sete anos para acessar e como
79 será o processo de registro de algo assim? Além disso se houver um contrato com uma empresa
80 esses benefícios serão repartidos entre todos os terreiros do Brasil? Aponta que há muitas brechas e
81 problemáticas no que foi apresentado, o que coloca as comunidades em risco de serem
82 “desbravadas” e “exploradas” de modo muito parecido com os tempos da colonização.
83 **Carolina/MINC:** argumenta que já existe hoje o uso e exploração indevidas de bens culturais das
84 comunidades. Menciona que sim, a lei é comercial, mas ela tem dois pontos, ela traz a proteção
85 porém a partir da reivindicação das comunidades foi solicitada a inclusão da parte comercial mas
86 com a possibilidade das comunidades recusarem o uso de suas culturas, obrigando ter o
87 consentimento das comunidades. Relata que o cadastro também foi uma solicitação das
88 comunidades, justamente pelo risco de estarem muito dispersos e se perderem. **Ivânia/SEMIPI:** se
89 apresenta como diretora da DIRPICT, diz que a questão dessa legislação é complexa, e fala sobre o
90 mapeamento dessas comunidades, que irão se levantar grupos dizendo que são comunidades, e que
91 não visualiza a aplicabilidade da lei, que é algo que pode ser discutido no próprio conselho, mas é
92 necessário analisar os critérios, questiona como será feita a fiscalização, vai surgir a necessidade de
93 formação das comunidades, inclusive para questões que envolvem empreendimento. Menciona que
94 é necessário discutir e ressaltar as especificidades do Paraná e o conselho precisa discutir e debater
95 no estado primeiro para que possa ser planejado a aplicabilidade dessa Lei e o órgão fiscalizador,

96 assim como a estruturação do mesmo. **Carolina/MINC:** diz que a intenção é essa, de abrir a
97 discussão para as comunidades e garantir a valorização. **Silvana/Povos de Terreiro:** diz que se
98 preocupa porque as culturas passaram por diversas transformações, e a questão da transculturação é
99 um problema que vai surgir, pois as culturas de misturaram. Talvez isso traga contradições dentro
100 das próprias comunidades, porque alguns vão querer compartilhar coisas que os outros não vão,
101 principalmente relacionado as questões sagradas. Transformar algumas coisas em propriedade de
102 uma comunidade única vai causar um problema. **Gustavo Mussi/Ccivil:** diz que se o conselho
103 julgar que precisa aprofundar, pode chamar uma reunião própria pra discutir isso.
104 **Encaminhamento: convocar reunião extraordinária para tratar de forma mais atenciosa e**
105 **dispendar mais tempo sobre o tema, entrar em contato com Carolina para verificar**
106 **disponibilidade. Ricardo/SEMIPI:** aponta ser necessário discutir a distribuição financeira da
107 proposta da lei, para que seja possível distribuir de maneira menos desigual. **Carolina/MINC:** diz
108 que não sabe como vai ser construído o Fundo, que é necessário discutir em um próximo momento.
109 **Felipe/SEMIPI:** menciona que existe um caso dos Katukina, uma etnia indígena em que faziam o
110 uso de uma secreção de um sapo, que com o tempo passou a ser comercializada, e a comunidade foi
111 expulsa da região por conta da questão, e que visualiza a regulação de processo a partir dessa lei é
112 importante. **Josil/SEIL:** diz que talvez seria importante fazer o processo inverso, inciar pelos casos
113 que já passam por essa questão. **Carolina/MINC:** diz que a intenção da consulta é essa. Pauta
114 encerrada. **Pauta - Leitura e aprovação de pauta: Gustavo Mussi/Ccivil:** solicita a inclusão da
115 apresentação do programa Paraná produtivo, SEAP. **Misael/Ilhéus:** solicita a inclusão da pauta da
116 portaria 241. **Margite/IAT:** solicita a alteração da ordem da pauta, pois veio apenas discutir seu
117 ponto e está de férias. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita que primeiro seja feita a aprovação
118 dos pontos de pauta, para depois a alteração de ordem, ainda solicita inclusão de algumas pautas:
119 inversão de titular e suplente da sociedade civil (ciganos e faxinalenses); abertura do edital para
120 substituição das Comunidades Tradicionais Negras; inclusão de PCT's nos conselhos municipais de
121 Igualdade Racial; Mapeamento dos Ciganos; explicações da prefeitura de Cascavel a respeito da Lei
122 7764/2025; CPLI do projeto de iates; solicitação dos nativos da Ilha do Mel e deliberação sobre o
123 retorno das demandas do Conselho. **Pautas aprovadas.** Segue para aprovação da ata de abril. **Ata**
124 **aprovada. Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** realiza os informes, diz que os retornos
125 ela está encaminhando no grupo da diretoria executiva. Relata sobre o retorno da Fundação Cultural
126 de Curitiba a respeito da publicação feita no Dia Internacional dos Povos Ciganos, a secretária lê a
127 resposta. **Laysmara/Povos de Terreiro:** diz que essa resposta vai ser incluída no último ponto de
128 pauta. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** Relata sobre o retorno da defensoria pública

129 para a participação do CEPCT no grupo de trabalho sobre Povos de Terreiro. Relata sobre o retorno
130 do CONSEPIR sobre a participação do CEPCT nas conferências municipais de igualdade racial, foi
131 compartilhada a listagem de municípios que vão realizar as conferências, porém, a maioria já foram
132 realizadas. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita para deixar separado a resposta que vai ser
133 discutido em ponto de pauta já incluído. **Misael/Ilhéus:** relata que na última reunião do Conselho
134 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, discutiram a questão da construção da minuta de um
135 decreto par que o presidente assine a regularização fundiária de áreas da união e não tenha parque
136 ou unidade de conservação, mas que tenha comunidade tradicional. Outra coisa é a construção do
137 Plano Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, para tratar de desenvolvimento sustentável e
138 outras coisas mais. Ainda, informa que o IBGE vai realizar um censo agropecuário de Povos e
139 Comunidades Tradicionais, ele é um início para chegar no demográfico e a ideia é que a própria
140 comunidade participe do levantamento, vai compartilhar com os conselheiros. **Laysmara/Povos de**
141 **Terreiro:** faz informe sobre a discussão do regimento, feita pela sociedade civil. Vai fazer a
142 atualização de sugestões do regimento interno para depois ser convocada reunião para a análise do
143 documento final. **Felipe/SEMIPI:** questiona se vai ser lido em plenária e se vai ter a possibilidade
144 de fazer alterações. **Laysmara/Povos de Terreiro:** diz que vai apresentar o documento com as
145 últimas alterações sugeridas destacadas. Sobre a discussão da atuação da presidência da sociedade
146 civil, foi definido que todos os convites que forem recebidos para participação do presidente, caso
147 não seja possível a participação da presidente, a sociedade civil se organizará para indicação de
148 representante que se interesse pela pauta, a plenária decide discutir em seguida, mas concordam que
149 isso é previsto na competência da diretoria executiva. **Pauta - Portaria 241/IAT: Margit/IAT:**
150 apresenta a minuta referente a regulamentação do uso e exploração de produtos florestais
151 madeireiros. Estão desde 2021 (dois mil e vinte e um) pensando na aplicabilidade da lei, mas ela
152 não teria mais funcionalidade por conta da lei estadual, aprovada ano passado, em função do
153 decreto estadual, então todas as portarias que remetiam a licenciamento ambiental perderam a
154 validade e estão atualizando todas por instruções normativas. O objetivo da apresentação é falar
155 sobre a proposta de criação de uma carteira de identificação para os PCT's que são coletores.
156 Apresenta o Art 3º “Conforme leis da Mata Atlântica e de Proteção da Vegetação Nativa, por ser
157 considerada como atividade eventual de baixo impacto ambiental, desde que seguidas de medidas
158 de conservação da espécie e de seus ambientes naturais, a coleta da PFM é livre, dependendo de
159 simples declaração, quando em APP.” e o Art 4º “A coleta de espécies como *Pfaffia paniculata*,
160 guaricana, cipó-preto e musgo será livre desde que praticada por membros de comunidades
161 tradicionais, devidamente identificados e cadastrados.” Sendo PFM plantas, folhas, frutos, galhos

162 e outras coletas não madeireiras. Fala que não se trata de espécies ameaçadas de extinção, mas as
163 pessoas de fora da comunidade fazem uma exploração muito predatória. Informa que a portaria para
164 fazer o grupo de trabalho a respeito já saiu e estão iniciando os trabalhos. **Misael/Ilhéus:** sugere
165 incluir a folha da cataia no Art. 4º. A partir da discussão da plenária sobre a necessidade de verificar
166 a inclusão de novas especiais é feito a sugestão criar uma comissão temporária para discussão da
167 Portaria 241/IAT. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita a inclusão do Misael na comissão do IAT
168 sobre a construção da Portaria. **Felipe/SEMIPI:** questiona se foi realizada uma consulta em nível
169 estadual sobre as inclusões das espécies e a discussão da proposta da portaria. **Margite/IAT:** diz que
170 não, e que essa é a primeira vez que foi consultado um grupo, mas a ideia é ampliar. A plenária
171 discute sobre a criação da câmara temporária. A plenária decide não criar a comissão e somente a
172 indicação dos representantes para o GT do IAT. **Encaminhamento:** Misael fica responsável por
173 fazer o repasse de informações e participar das discussões com IAT, e a Sec. Executiva deve
174 encaminhar a minuta para os conselheiros. **Margite/IAT:** apresenta outra minuta que trata das
175 pessoas que trabalham com erva-mate e plantio de lenha ou demais espécies para manejo, a
176 proposta é usar o sinaflor em que o órgão ambiental coloca todos os dados aos agricultores, sendo
177 possível a instalação de sistemas até quinze metros cúbicos sem necessidade de autorização. Não
178 pode ter espécie ameaçada de extinção e dá uma segurança e facilidade para o agricultor.
179 **Felipe/SEMIPI:** relata um caso ocorrido em 2016 (dois mil e dezesseis) em Superagui, os
180 habitantes não estavam conseguindo fazer a coleta da caixeta para uso tradicional de construção de
181 instrumento, o que influenciou na reprodução cultural do fandango na comunidade. Frisa a
182 importância de que a normativa trate destes casos. **Misael/Ilhéus:** discorre sobre a necessidade de
183 adequar a questão do (não entendi) social e construção de casas, pois, como no caso dos Ilhéus,
184 foram expulsos nos anos 2000 e hoje já há uma regeneração, só que as pessoas foram expulsas e
185 quando querem volta precisam poder abrir um espaço para uma casinha e um quintal para uma
186 horta, galinheiro. **Margit/IAT:** fala que é possível verificar, mas precisam ainda discutir a como se
187 encaixa a questão do tamanho. **Laysmara/Povos de Terreiro** solicita que as novas sugestões e
188 dúvidas devem ser pontuadas, caso não tenha, fica encaminhado o compartilhamento dos
189 documentos. **Pauta 6 - relato das comissões: Comissão de Território – Laysmara/Povos de**
190 **Terreiro** faz o relato da comissão de território, primeiro protocolo: sobre o ofício 48/2025, acerca
191 da exigência de licença ambiental à prefeitura de Curitiba para ritos religiosos de matriz africana,
192 receberam devolutiva da secretaria municipal de meio ambiente, com uma resposta parcial
193 informações referente a legislações, sobre a de 65 (sessenta e cinco) decibéis para ritos religiosos de
194 forma geral entre 19h a 22h, e que as atividades necessitam do licenciamento municipal. Menciona

195 que não foram respondidos pontos importantes, sobre os dados de fiscalizações feitas
196 especificamente nos espaços de religião de matriz africana e se os agentes estão cientes do
197 protocolo a ser seguido nessas ocasiões. **Encaminhamento:** retorno de ofício solicitando a
198 complementação das informações não respondidas, tais como pontos dois, seis e sete. Bem como
199 possível sobreposições de leis, pois, a lei que fala sobre 65 (sessenta e cinco) decibéis desconsidera
200 a previsão do estatuto da igualdade racial por exemplo, e as medidas específicas de proteção as
201 práticas de PCT's, em especial as religiões de matriz africana praticadas em Curitiba. Segundo
202 protocolo: 23.391.311-1 - Ofício 12/2025, solicitando indicação de pessoal para participar do grupo
203 de trabalho do IAT já discutido anteriormente, a comissão indicou o Misael para participar do
204 grupo. Terceiro protocolo: 21.453.792-3 sobre Consulta as comunidades tradicionais na área de
205 influência direta da pavimentação da PR 405 em Guaraqueçaba. **Encaminhamento:** repasse da
206 demanda para os conselheiros da região: Marcelino, Cláudio e Jean. **Comissão de Saúde e**
207 **Infraestrutura – Rosane Freitas/SESA:** inicia o relato a partir do Ofício 81/2025/FUNASA
208 relacionado a um projeto de tratamento de água para consumo humano, o conselho havia solicitado
209 informações sobre o andamento do projeto pois era um protocolo antigo. Responderam que são
210 feitas parcerias diretamente com municípios que manifestem interesse. Sugestão de
211 encaminhamento seria listar as comunidades que não possuem tratamento e depois mandar ofício
212 para FUNASA solicitando as orientações sobre o salto z para os municípios para o município
213 manifestar interesse. **Felipe/SEMIPI:** diz que não existe o mapeamento. **Rosane Freitas/SESA:**
214 diz que pode ser melhor só encaminhar para os municípios manifestarem interesse.
215 **Encaminhamento:** enviar ofício circular aos municípios para que examinem a possibilidade e
216 necessidade de aderir ao salto Z nas comunidades tradicionais existentes em cada um e chamar o
217 superintendente do Salta Z na próxima reunião para fazer uma explanação do projeto. **Misael/Ilhéus:**
218 pergunta se não seria o caso de chamar a equipe da FUNASA para explicar como funciona para
219 aderir, assim o conselho teria mais propriedade para falar com os municípios a respeito.
220 **Ivânia/SEMIPI:** diz sobre a necessidade de capacitação para que os municípios tomem ciência
221 sobre a presença e necessidades dos PCT's no município. **Rosemary/Quilombolas:** solicita
222 destacar quais são os povos e comunidades tradicionais no ofício, pois os municípios fazem vista
223 grossa. **Rosane Freitas/SESA:** prossegue como relato da comissão, protocolo 23.796.093-9
224 COPEL – projeto de energia para pescadores artesanais e ilhéus, com sinalização positiva para
225 reunião sobre a partir de julho, solicitam nomes e pautas detalhadas. **Encaminhamento:** indicar
226 Misael e Cláudio, assim como pauta de cada para reunião. Próximo protocolo, 23.735.721-3
227 instalação de energia em Pacotuva até Medeiros de solicitação de reunião via e-mail para COPEL.

228 **Encaminhamento:** reforçar a necessidade de resposta para COPEL. Último Protocolo: 23.391.359-
229 6, a respeito da duplicação da PR 407 encaminhado ao DER, só que o ofício do conselho era para o
230 IAT também e ele não respondeu. **Ana/MP:** solicita o encaminhamento do ofício ao MP.
231 **Encaminhamento:** cobrar a resposta do IAT. Encaminhar o número do protocolo para o
232 conselheiro do IAT e encaminhar a recomendação a concessionária a respeito do protocolo de
233 consulta. **Josil/SEIL:** solicita que essas pautas sejam encaminhadas a secretaria de infraestrutura as
234 pautas relativas a rodovia, ferrovia, porto ou questões correlatas para que seja feita a distribuição
235 aos órgãos necessários. **Comissão Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural –**
236 **Rosemary/Quilombolas:** começa a explanação com o protocolo 18.966.082-0 da SEED, o
237 protocolo trata de três assuntos difusos, a questão do transportew na comunidade, conflito na
238 comunidade e programas de renda para agricultores familiares. A secretaria informou que o
239 transporte funciona normalmente nas comunidades de Gramadinho e Varzeão mas com dificuldade
240 em dias de chuva. **Encaminhamentos:** solicitação de inclusão de mais um transporte do município
241 e solicitação de manutenção e melhoria da estrada para SEIL. Prossegue sobre questões da ameaças
242 por parte de madeireiros na mesma região de Gramadinho e Varzeão: a Polícia Militar (PM) disse
243 que não tem como atuar por ser questões internas da comunidade. **Encaminhamento:** Responder a
244 PM informando que sim, eles podem entrar na comunidade, indicando as legislações, relatando a
245 situação e solicitando o encaminhamento do processo a Polícia Federal.
246 Sobre a agricultura familiar. **Encaminhamento:** encaminhar o protocolo a secretaria responsável
247 (IDR) – SEAB. **Silvana/Povos de Terreiro:** prossegue com o relato, protocolo 23.735.542-3 de
248 resposta a solicitação para atendimento a alunos faxinalenses levando em consideração suas
249 especificidades. A SEED informou que esses estudantes pertencem a parte de educação do campo e,
250 conforme as diretrizes curriculares nacionais da educação básica, não há previsão de especificidades
251 para faxinalenses. Ainda sinalizaram que os alunos devem se adaptar a realidade da escola e não o
252 contrário. **Encaminhamento:** solicitar a criação de um grupo de trabalho com os faxinalenses, DP e
253 MP, de levantamento das demandas e especificidades da comunidade e depois ajustar com a SEED.
254 **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere a criação de um GT geral de PCT. **Felipe/SEMIPI:** discorda
255 e diz que se ampliar não vai dar andamento na pauta. No caso teria que separar, um GT para
256 faxinalenses e outro para PCT's. **Laysmara/Povos de Terreiro:** concorda e sugere então que
257 iniciem com esse GT e depois podem dar prosseguimentos para outros com os demais segmentos.
258 **Dimas/Faxinalenses:** concorda com a questão de um GT específico de faxinalenses, relata ainda
259 que no modelo atual de educação há um apagamento das comunidades faxinalenses nas escolas,
260 informa que a Marilei está mais na pauta da educação e solicita o encaminhamento do ofício para

261 ela.

262 Pausa para almoço com retorno às 13h40.

263 **Pauta 8 – Curso sobre direitos coletivos – Professor Roberto: Laysmara/Povos de Terreiro:**

264 inicia com informe da reunião da sociedade civil foi feita uma apresentação a respeito. A pauta foi

265 colocada no conselho para que se alinhe com os conselheiros e à SEMIPI se poderiam contemplar

266 da dinâmica. O professor os informou sobre o conteúdo do curso a ser oferecido para os

267 conselheiros e conselheiras da sociedade civil, sendo 160 (cento e sessenta) aulas ao longo de um

268 ano, o tema central será no sentido trabalhar com a formação de operadores de direitos étnicos,

269 reforça a importância de ter esse sentido operacional. A proposta é que seja uma aula virtual por

270 semana e presencial quando houver reuniões, nesse sentido impacta a SEMIPI na questão de

271 logística. Além disso, o grupo demandou que o curso seja estendido aos suplentes, então teriam que

272 averiguar como cumprir com essa demanda, são trinta pessoas do CEPCT e poderiam disponibilizar

273 mais dez vagas para os outros dois conselhos: CEPI e CONSEPIR, fechando uma turma com cerca

274 de cinquenta membros. Encaminhamento: envio de ofício para SEMIPI informando sobre a

275 dinâmica do curso e solicitando apoio logístico para que os conselheiros, suplentes e titulares,

276 possam vir um dia antes às reuniões no período do curso e que sejam disponibilizadas mais vinte

277 vagas para os outros dois conselhos da pasta. **Encaminhamento:** enviar ofício à SEMIPI para todos

278 os conselheiros e suplência para que possam aproveitar o curso e consultar viabilidade orçamentária

279 da SEMIPI, considerando que será necessário solicitar um dia a mais de viagem quando houver

280 reunião e a vinda de todos os conselheiros, com abertura de vagas para outros conselhos. Com custo

281 zero em relação a contratação do professor. Ainda, o segundo encaminhamento após o aceite da

282 SEMIPI seria enviar ofício ao professor confirmando a viabilidade de execução do curso.

283 **Misael/Ilhéus:** reafirma que o curso mostra importância pois podem se apoderar do conhecimento,

284 evitando abusos de autoridades e desrespeito. Enquanto operadores do direito étnicos eles são

285 melhores instruídos. **Pauta 9 – Proposta de legislação estadual para garantir a prática religiosa**

286 **de Matriz Africana: Silvana/Povos de Terreiro:** explica que propôs em fevereiro a

287 regulamentação de terreiros, hoje a pauta está mudando e avançando de outras maneiras. Propõe

288 uma legislação estadual para garantir a prática de Povos de Terreiro no estado do Paraná, fez

289 pensando na constituição federal e na questão do planejamento urbano. Cada prefeitura tem seu

290 plano diretor e existe estatuto da cidade que vai regulamentar esse direito constitucional da prática

291 religiosa, há previsão de participação da população no plano diretor municipal que é feito com base

292 nisso, e os povos de terreiros não estão inclusos nesse plano diretor. Coloca quatro pontos

293 essenciais: uma isenção de taxas municipais e com isso o reconhecimento como patrimônio cultural

294 e espiritual; dois alvarás de funcionamento, com uma documentação que garanta o funcionamento;
295 três a inclusão nos plano municipais de diretrizes específicas para garantia desses espaços de culto;
296 quatro uma participação comunitária para construção disso, com um protocolo de consulta para
297 entender as especificidades e demandas da comunidade. E a partir daí fazer uma articulação de
298 órgãos públicos. Em suma, a proposta é um projeto de lei. **Laysmara/Povos de Terreiro:** pontua
299 que já foi ponto de pauta e tem crescido cada vez mais a estruturação da proposta. Na reunião da
300 sociedade civil, surgiu a possibilidade de articular uma frente parlamentar de PCT's.
301 **Laysmara/Presidente:** Frisa a importância de ter um encaminhamento voltado a abrir esse espaço.
302 **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** propõe já colocar a proposta de legislação na pauta
303 do ofício para comissão de igualdade racial, pois assim eles já podem ter uma noção das demandas.
304 **Josil/SEIL:** alerta que podem fornecer uma assessoria jurídica para construção da minuta.
305 **Encaminhamento:** mandar um ofício à Comissão de Igualdade Racial e Direitos Humanos da
306 ALEP para que seja criada uma frente parlamentar de PCT's, já citando a necessidade da proposta
307 de legislação e informando para que a demanda do projeto de Lei possa ser encaminhada na
308 sequência. **Laura/Quilombolas:** fala sobre a necessidade de legislação para regulamentação dos
309 territórios quilombolas. **Encaminhamento:** enviar um ofício à SUDIS reiterando a urgência da
310 aprovação da regulamentação de doação de terras públicas para quilombolas. **Pauta -**
311 **Apresentação do Programa Paraná Produtivo: Chayanne/SEPL:** se apresenta a saúda a
312 plenária. Explica que trabalham com o banco mundial que possui uma salvaguarda mundial para
313 oficializar as operações de crédito, com projetos ambientais sociais. Dentro do paraná eficiente o
314 objetivo é trabalhar com inovação dentro de projetos no paraná. No planejamento há um
315 componente de prestação de serviços de saúde, sistema de informação de gestão ambiental e de
316 riscos e desastres. O Paraná eficiente tem que atender a legislação social e ambiental para conseguir
317 realizar a operação de crédito. Trouxe a página da secretaria de planejamento com todas as
318 informações, documentos e funcionamento do programa. A participação deles tem o propósito de
319 saber como trabalhar melhor com as comunidades quilombolas nas ações do paraná produtivo.
320 **Dani/SEPL:** explica que o parana produtivo é feito para criar planos de desenvolvimento regional
321 do paraná. Terão oficinas nas 15 (quinze) regiões do estado, o objetivo é convidar os PCT's para
322 que eles possam participar. O programa surgiu em 2021 (dois mil e vinte e um) com a ideia de se
323 atentar aos municípios com índices críticos de desigualdades sociais, na primeira fase foram
324 selecionadas 8 (oito) regiões e feito diagnósticos da condição econômica e de indicadores sociais. A
325 fase dois é a construção dos planos através das oficinas, as informações estão no site
326 www.paranaproductivo.pr.gov.br. Posteriormente as outras regiões do estado foram incluídas no

327 projeto para elevar as outras regiões para o mesmo patamar econômico do restante. Fala sobre a
328 importância do sistema de governança para que tenha participação social e garantir efetividade no
329 projeto. Explica encontros e organograma do projeto, assim como o comitê técnico
330 interinstitucional que dá apoio aos projetos desenvolvidos na região. Agora estão fazendo a
331 contratação de uma empresa mediadora para fazer as oficinas dos planos de desenvolvimento, as
332 oficinas serão espaços de debates, não serão discutidas questões legais, mas potencialidades de
333 atividades que geram renda no mercado interno e de pequenos produtores. Desse processo sairão 15
334 (quinze) planos de desenvolvimento regional, também servirá para uma base de dados que guiam a
335 ação do estado. Apresenta por fim o cronograma de trabalho, estão organizando uma plataforma de
336 projetos e o site www.paranaprodotivo.pr.gov.br, mostra a aba de BI do site com os censos do
337 município. **Edisson Pilatti:** fala da dificuldade de ter esses dados dentro das comunidade.
338 **Dani/SEPL:** fala que pode ser uma das coisas levadas para o plano. **Misael/Ilhéus:** pergunta como
339 podem se inserir como PCT. **Dani/SEPL:** fala que eles podem solicitar para ser inserido no grupo e
340 começar a participar do ciclo. **Encaminhamento:** Conselheiros da sociedade civil reforçarem com
341 as comunidades para que elas acionem o conselho para serem inseridas nesse processo de
342 planejamento, Dani e Chayenne se comprometeram em divulgar as oficinas para que o conselho
343 possa repassar às comunidades. **Dani/SEPL:** informa que na plataforma vai ter um espaço para
344 colocar propostas que vão direto pro conselho regional e agradece o espaço. **Pauta 10 –**
345 **Apresentação do projeto da cooperativa de Energias Renováveis para PCT. Edson**
346 **Pilatti/IBCN:** se apresenta e saúda a plenária. É do instituto brasileiro de ciências náuticas
347 sustentáveis e saudáveis, é uma OSC que tem construído um plano de transição energética para
348 PCT, no momento é nas margens da ITAIPU, mas tem a intenção, expressada pelo ministro Paulo
349 Teixeira, de ser nacional. Dentre dez ministérios, quatro formam um grupo operacional, a Claudia
350 Lepim, diretoria de PCT's do Ministério de Meio Ambiente, mais o Ministério da Pesca com a
351 Secretaria de Pesca Artesanal, Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Desenvolvimento
352 Agrário e Agricultura Familiar. Mês passado aprovaram o plano de transição energética, até agora
353 identificaram vinte e três comunidades ao longo da barragem, também terão cinco terreiros. Duas
354 aldeias (Ocoy e Avá), dois quilombos, sete núcleos de ilhéus e doze colônias de pescadores
355 artesanais. Dialogaram a ação com a ITAIPU binacional, vão ter vinte e três ou vinte e quatro
356 plenárias para iniciar o processo, como um primeiro contato, não será ainda o processo de consulta
357 da 169º da OIT. Essas comunidades são as atingidas pela barragem e eles estão em contato com a
358 rede puxirão a bastante tempo, estavam através da UNILA e agora estão com a FURG. Fala sobre a
359 estratégia de municípios resilientes da FURG, serão feitos seminários em Guaíra de 25 a 2 de

360 setembro, tem cinco dessas comunidades lá, inclusive a Avá-Guarani que ainda não conseguiram
361 chegar lá, conversaram com vários órgãos e entidades, mas ainda não chegaram na comunidade. A
362 ideia é trabalhar com produção de energia solar fotovoltaica, a ideia é que sejam flutuantes no lago
363 da ITAIPU. Sendo uma Parceria Público Comunitária com Povos e Comunidades Tradicionais, de
364 maneira que continue funcionando em prol da comunidade independente das flutuações políticas. O
365 recurso vai vir de editais a fundo perdido, entra nas leis de inovação de ciência e tecnologia, com
366 uma metodologia inovadora com a gerência dos PCT's, tendo a manutenção por parte da
367 comunidade e a ITAIPU com a receita. A transição energética no Brasil já nasce privada e o
368 controle do público não existe, é pelo impacto. Querem agora uma produção de futuro e a
369 reparação, com o ODS 10 sobre redução das desigualdades sociais, tendo um retorno direto às
370 comunidades. Esperam apresentar a demanda na COP, já com o resultado do seminário, levando a
371 pauta da reparação causada pelo impacto da ITAIPU nas comunidades, querem que a ITAIPU faça a
372 capitalização dessa Parceria Público Comunitária, que já tem em vários países e no Brasil é ínfimo.

373 **Misael/Ilhéus:** fala que esse projeto piloto vai contemplar as comunidades afetadas pela barragem,
374 além de beneficiar outros PCT's nos municípios próximos, futuramente a ideia é chegar para outras
375 comunidades. Fala das dificuldades que as comunidades enfrentam pela falta de iluminação, não
376 podendo congelar seus produtos. **Laysmara/Povos de Terreiro:** cita que fez contato com o Paulo
377 Porto que hoje está na ITAIPU e acompanha a 30 anos as comunidades ali no entorno e fala sobre a
378 importância da atuação dele. Se colocou a disposição para fazer acompanhamentos junto com o
379 Misael. **Pauta 11: poço artesiano ou semi-artesanal:** **Misael/Ilhéus:** relata a dificuldade de acesso
380 à água nas comunidades por conta das flutuações do mar. **Gustavo Mussi/CCivil:** fala que essa
381 solicitação apareceu bastante no formulário e pode ser incluída no plano. **Misael/Ilhéus:** informa
382 que são cerca de 150 (cento e cinquenta) famílias na comunidade, e diminuindo a lâmina de água
383 diminui os micro-organismos que limpa a água, uma parte da comunidade está sem acesso à água
384 limpa. **Laysmara/Presidente:** defende que seja feito encaminhamento independente de ser incluso
385 no plano para que já tenha um prosseguimento enquanto não é efetivada a questão.

386 **Encaminhamento:** ofício ao IAT pedindo para perfurar os poços semi artesianos dos ilhéus do rio
387 paraná, em Guaíra, Alto Paraíso, Ícaraima, Querência do Norte, Porto Rico e São Pedro. **Pauta 12 -**
388 **apoio CEPCT ao 5º encontro nacional de agroecologia:** **Cláudio/Pescadores Artesanais:**
389 solicita ajuda financeira para integrantes da rede puxirão estarem presentes no encontro nacional de
390 agroecologia. **Misael/Ilhéus:** cita que o Didi foi indicado para ser o representante da rede puxirão e
391 eles não tem recurso para bancar a ida dele como representante da rede puxirão, a ideia é solicitar
392 financiamento da viagem dele. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** fala que por ele não

393 ser do conselho pode ser mais difícil. **Misael/Ilhéus:** avisa que pode ser o Marcelino que é do
394 conselho. **Encaminhamento:** solicitar à SEMIPI financiamento para o conselheiro Marcelino
395 participar das reuniões da comissão organizadora do 5º encontro nacional de agroecologia, verificar
396 datas com a comissão organizadora para solicitação de viagens. **Pauta - recomendação a visitação**
397 **de religiosos de qualquer credo em unidades de saúde de Cascavel: Laysmara/Povos de**
398 **Terreiro:** relata que tiveram uma situação em Cascavel de um filho de santo que sofreu um acidente
399 de carro e estava na UTI e o pai de santo foi visitá-lo e fazer uma reza. Foi exigido dele uma
400 carteirinha que comprovasse seu sacerdócio, e se o sacerdote da igreja católica chega com suas
401 vestes não será exigida. **Laura/Quilombolas:** fala que na verdade há essa exigência, a própria
402 igreja dá uma carteirinha para os sacerdotes. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que vale
403 mencionar que são povos tradicionais e não tem as instituições das igrejas tradicionais, e um
404 sacerdote chegar com suas vestes e com a autorização da família ser impedido de entrar pelo
405 hospital não pode seguir os mesmos parâmetros. Solicita uma recomendação, pedido de
406 esclarecimento, se a secretaria tem conhecimento desse procedimento, pode citar o caso de
407 cascavel, pois a carteirinha não faz sentido na lógica organizacional dos povos de terreiro.
408 **Rosana/SESA:** sugere uma ouvidoria a nível local, para verificar se há uma normativa sobre isso.
409 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que mesmo um hospital particular tem que seguir as políticas da
410 secretaria municipal, é importante solicitar uma normativa para isso. **Encaminhamento:** ofício à
411 SESA para verificar a situação e produzir uma orientação, assim como dizer qual é a normativa a
412 respeito disso e comunicar o hospital de cascavel com um pedido de esclarecimento sobre o
413 ocorrido. **Pauta - alteração de titularidade ciganos e faxinalenses: Laysmara/Povos de**
414 **Terreiro:** ontem pediu a secretária executiva para fazer um levantamento das vacâncias dos
415 representantes. Há duas vagas de comunidades tradicionais negras, um representante de
416 faxinalenses e um de ciganos que estão ausentes desde a posse, a proposta é inverter os titulares
417 com os suplentes. Fala que nesse momento é importante fazer esse procedimento enquanto esse
418 regimento ainda não está pronto. **Misael/Ilhéus:** propõe notificar o segmento para indicarem nova
419 cadeira. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica que como foi um processo
420 conferencial teria que abrir um edital de chamamento de entrar. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala
421 que por hora que podem manter dessa maneira, inverter e quando sair o regimento podem fazer a
422 supressão dos ausentes e abrir um edital. **Dimas/Faxinalenses:** fala sobre a problemática da
423 participação do Gilmar, solicita que gostariam de conversar com o segmento antes. **Gustavo**
424 **Mussi/Ccivil:** sugere suspender os faltosos até a aprovação do novo regimento e as próximas
425 convocações tem prioridade por suplente. **Encaminhamento:** suspensão dos titulares faltantes e

convocação das próximas reuniões direto aos suplentes (ciganos e faxinalenses). **Pauta - edital comunidades negras tradicionais: Laysmara/Povos de Terreiro:** apresenta a situação da cadeira de titular e suplente das comunidades tradicionais negras que sequer tomaram posse e depois abriram mão da vaga formalmente, como foi processo de conferência precisam ver o que pode ser feito. **Felipe/SEMIPI:** apresenta um histórico, fala que foi muito difícil encontrar essas comunidades, pois o INCRA tem dificuldade de mapear e algumas são móveis. Tiveram que ir a campo, estavam e acreditam que ainda estão muito desassistidos em termos de assistência técnica e jurídica, tem dentro desse território uma empresa de extração de cimento que invade o território da comunidade. Na conferência se sentiram muito acuados frente a alguns desses coletivos, chegaram a tomar o microfone da mão de uma dessas mulheres e estavam trabalhando na prefeitura em período de estágio probatório então foi difícil liberar, entende que elas saíram do conselho justamente por essa experiência da conferência. Diz que terão um trabalho muito grande para acessar as comunidades, apresentar o sistema de governança para eles, o que conselho faz etc e afirma a necessidade de tudo isso estar claro no edital e da consulta da comunidade para fazer essa construção. **Laura/Quilombola:** apresenta o áudio de uma das pessoas que foram eleitas para as cadeiras e explica que não foram colocadas os prós e contras na conferência, pois não é financiado a gasolina e ela não teria como vir por outros motivos. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** propõe fazer uma comissão temporária para confeccionar o regimento e o Felipe participar, assim como já iniciar o contato com as comunidades para fazer os devidos procedimentos. **Encaminhamento:** comissão temporária para confecção do edital de vagas para comunidades tradicionais negras. Comissão: Lays, Felipe, Laura, Mussi. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que precisam de representações que sejam aguerridas, que não estejam aqui só de corpo presente e estejam dispostas a fazer o trabalho. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** fala sobre a central de viagens. Quando é enviado o formulário de solicitação, tem que preencher certinho, com atenção se não gera devolução e todos se irritam. Para as pessoas que precisam ir a outro município para pegar o ônibus para Curitiba precisa estar no formulário, assim como a quantidade de táxi que vão usar. Precisa constar para dar certinho e não complicar para ninguém, os valores que recebem não é o que conta é o que vocês sacam. Se faltar valor para uber eles devem manda todos os comprovantes e ela pedo uma complementar, se sobrar tem que devolver não tem jeito. Precisa mandar em até três dias os comprovantes se não o financeiro abre um protocolo e impede que o conselheiro vá para a próxima reunião. **Pauta - inclusão de PCT's nos conselhos regionais de igualdade racial. Laysmara/Povos de Terreiro:** relata que receberam uma resposta do CONSEPIR que não foi muito convincente. Pois fizeram um questionamento sobre

459 a participação do CEPCT na conferência de igualdade racial, pois não possuem conselhos
460 municipais e tem uma dificuldade de conseguir espaço nos conselhos de igualdade racial. O
461 documento que veio como recomendação do Conselho Nacional de Igualdade Racial trás como
462 ponto focal questões raciais, povos de terreiro, ciganos e quilombolas. Receberam como resposta do
463 CONSEPIR acerca da solicitação de participação o calendário das conferências municipais e votos
464 de compromisso com segmentos historicamente marginalizados, mas não foi respondido acerca das
465 informações solicitadas para participação dos segmentos. Surgiu também a questão da conferência
466 temática de povos de terreiro na Bahia, em que foi o ofício de convite para o CONSEPIR e não para
467 o CEPCT, sendo que tem duas cadeiras para povos de terreiro no conselho, assim, cita que ela só foi
468 informada pois viu do grupo de comunicação interna da Diretoria Executiva. Reforça que os
469 conselhos da mesma pasta precisam se articular nesses contatos e no apoio para essas
470 representações de povos de terreiro, quilombolas e ciganos. **Encaminhamento:** solicitar a inclusão
471 desses três segmentos do CEPCT enquanto convidados na conferência de igualdade Racial
472 Estadual. Solicitação ao CONSEPIR para reforçar a inclusão dos segmentos nos conselhos
473 municipais de igualdade racial. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica a questão da
474 dinâmica do étnico-racial, divide o que é comunidade tradicional e povos racializados.
475 **Laysmara/Povos de Terreiro:** essa orientação é importante, pois quando chega uma carta do
476 CONSEPIR, ela é valorizada pelos conselhos municipais e é uma forma de começar a estreitar essas
477 relações e valida mais nossas comunicações. **Aloísio/SEDEF/CONSEPIR:** saúda a plenária, fala
478 sobre o segundo ponto, a conferência nacional temática voltada para os povos de terreiro. Informa
479 que é importante salientar que assim que chegou o documento do conselho nacional fizeram o
480 contato com a SEMIPI para que ela fizesse o contato, apenas para deixar isso registrado. Com
481 relação a formação dos conselhos municipais de igualdade racial a orientação que fazem é buscar as
482 pessoas no município e sempre indicam flexibilizar, orientam que as representações das religiões de
483 matriz africanas é importante para a composição dos conselhos municipais, já fazem essa indicação
484 **Laysmara/Povos de Terreiro:** frisa a importância dos estreitamento de laços entre as
485 representações de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e de igualdade racial.
486 Ainda, sublinha a necessidade do entendimento de quando chegar esse tipo de solicitação
487 encaminhar diretamente para o conselho pois eles tem essa independência. Fala também sobre as
488 questões dos conselhos municipais que não é só de comunidades negras, mas também de ciganos.
489 **Aluísio/SEDEF/CONSEPIR:** sobre a primeira observação, em função da estrutura de governança
490 o convite vem ao CONSEPIR e eles enviam à SEMIPI, afirma ter sido o procedimento correto. Foi
491 falado com a Neli, Márcia e a Ana. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica que a

492 questão é que essa mensagem foi repassada devido a uma comunicação interna da SEMIPI, ela traz
493 a questão de viabilizar uma comunicação formal direto de conselho para conselho.
494 **Aloísio/SEDEF/CONSEPIR:** se posiciona que isso é uma burocracia desnecessária. Sobre a
495 questão da inclusão de outros segmentos é uma orientação que já está sendo feita. **Laysmara/Povos**
496 **de Terreiro:** informa quais serão os encaminhamentos, no caso, farão esses processos de maneira
497 formal, mesmo que burocrática. Mesmo nas conferências não estão inclusos, reforça que a
498 comunicação boca a boca é uma coisa, agora a documentação é diferente, é um esforço de
499 construção de política pública conjunta. **Aloísio/SEDEF/CONSEPIR:** fala que nada impede que o
500 CEPCT faça essa reivindicação de conselhos municipais. **Laysmara/Povos de Terreiro:** confirma,
501 mas com a igualdade racial já tem essa presença expressiva isso facilita essa demanda.
502 **Encaminhamento:** enviar ofício ao CONSEPIR solicitando que convites ou demandas que
503 envolvam outros conselhos sejam enviadas de conselho para conselho. Também solicitar ao
504 CONSEPIR que envie aos conselhos municipais uma recomendação formal voltada a participação
505 de PCT's neles, principalmente os que tem fatores étnico-raciais envolvidos povos de terreiro,
506 ciganos e quilombolas. **Pauta - mapeamento dos povos ciganos: Nardi/Ciganos:** informar que
507 solicitou a pauta pois sempre esbarram em questões burocráticas para que suas demandas sejam
508 atendidas. Acredita na viabilidade de fazer esse levantamento pois tem muitos ciganos formados
509 que podem participar. Já é uma demanda que foi levantada várias vezes e faz uma função de
510 reparação. **Secretária Executiva/Hayanne IovanovitchI:** Sugere que encaminhem a solicitação de
511 um projeto de mapeamento para a DIRPICT, já sugerindo que seja realizado uma parceria com
512 outras instituições. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala sobre as diversas reuniões em que isso foi
513 debatido, ainda sobre as decisões sendo tomadas sem a participação das comunidades. Pede que a
514 ata de fevereiro seja retomada, pois essa construção já foi feita nesse momento. Reafirma a
515 necessidade da participação do conselho. **Misael/Ilhéus:** fala sobre o mapeamento da ITCG, e que
516 podem começar solicitando esses mapeamentos e ir preenchendo as ausências. Sugere, solicitar
517 esses mapeamentos para análise e trabalho do CEPCT. **Felipe/SEMIPI:** sugere pensar uma
518 cartografia social saindo como produto do conselho. Assim as comunidades podem participar, ele
519 não é definitivo, mas sai como produto do conselho. **Encaminhamento:** solicitar o mapeamento do
520 ITCG e iniciar um trabalho no conselho para preencher com comunidades que os próprios
521 conselheiros da sociedade civil conhecem. Em paralelo, enviar ofício à SEMIPI solicitando que seja
522 realizado um projeto de mapeamento de povos e comunidades tradicionais no paraná em parceria
523 com outras instituições e com participação ativa dos PCT's enquanto pesquisadores/bolsistas. **Pauta**
524 **- explicações da prefeitura de cascavel a respeito lei 7764/25: Laysmara/Povos de Terreiro:**

525 relata que a lei dispõe acerca do reconhecimento cruz e o crucifixo como objetos de arte sacra,
526 reconhecendo sua relevância cultural e histórica para permitir sua colocação em órgãos e espaços de
527 repartição pública, ou seja, essa lei autoriza a colocação de cruzes e crucifixos em qualquer espaço
528 público, inclusive escolas e UBS com a justificativa de artes sacras. Ainda consta na lei que objetos,
529 estátuas ou símbolos religiosos de outras religiões serão permitidas apenas em espaços de uso
530 pessoal do servidor desde que não interfira no espaço e nem caracterize proselitismo religioso.
531 Afirma que é uma questão de fere o direito constitucional de estado laico. **Encaminhamento:**
532 ofício a prefeitura e ao presidente da câmara municipal de cascavel solicitando explicação a
533 apontando a legislação que indica a inconstitucionalidade do projeto. **Pauta - deliberação sobre as**
534 **demandas do conselho: Laysmara/Povos de Terreiro:** fala sobre a problemática de respostas
535 vazias dadas ao conselho e a plenária entra em acordo de não aceitar mais esses ofícios e acionar o
536 MP ou outros órgãos a respeito. **Encaminhamento:** não aceitar mais respostas vazias, retornando
537 as demandas que não correspondem ao que foi solicitado, e se necessário, acionar outros órgãos.
538 **Pauta - CPLI projeto de IATES: Laysmara/Presidente:** fala sobre um projeto do governador
539 para abrir uma super via para iates e jet-skis em território de PCT's e é um caso de CPLI, colocou
540 em pauta para que sejam encaminhados aos órgãos responsáveis questionamentos a respeito.
541 **Encaminhamento:** ofício a secretaria planejamento para consultar em que pé está a CPLI nesse
542 caso. Reunião encerrada às dezessete horas e trinta minutos. Esta ata foi redigida por Ge Figueiredo,
543 estagiária da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, revisada e formatada
544 pela Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais Hayanne
545 Iovanovitchi.